

**FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR**

<b>CÓDIGO:</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> <b>INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INDUSTRIAL</b>	
<b>UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE:</b> <b>FACULDADE DE DIREITO</b>		<b>SIGLA:</b> <b>FADIR</b>
<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> <b>30 horas</b>	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b>	<b>CH TOTAL:</b> <b>30 horas</b>

**OBJETIVOS**

Demonstrar que a Propriedade Industrial constitui um sistema jurídico, que subordina diferentes institutos aos mesmos princípios gerais, sem perder sua unidade fundamental, enfatizando que, não obstante a diversidade dos direitos incluídos na Propriedade Industrial, de referência ao seu objeto e conteúdo, e as especialidades de cada instituto, estes direitos são idênticos em fundamento e natureza, bem como é idêntica a natureza dos objetos sobre os quais são exercidos tais direitos. Demonstrar, também, que o fundamento e a razão das leis pertinentes a matéria reside no princípio ético da repressão à concorrência desleal, que confere rígidos contornos à livre concorrência. Desenvolver análise crítica sobre a impropriedade de se interpretar esta cadeira jurídica como um grupo heterogêneo de direitos, cujo único objetivo seria o de assegurar ao comércio e à indústria certas vantagens e interesses. Estudar a abrangência da proteção legal oferecida pelo ordenamento à Propriedade Industrial, face às novas exigências da sociedade globalizada, que redefiniu o papel das indústrias, do comércio e do Estado nas relações econômicas..

**EMENTA**

Fundamentos da propriedade intelectual em biotecnologia. Patentes em biotecnologia e proteção de cultivares. Legislação nacional e internacional. Registro e processos.  
O Homem e as Criações Técnicas. Novidade, Originalidade e Utilidade. Invenções Industriais, Modelos de

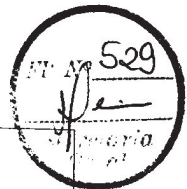
Utilidade e Desenhos Industriais. Formas e Conteúdos. Marcas e Patentes. Critérios distintivos. Registro. Obtenção. Procedimento. Reflexos Jurídicos. O Inventor Técnico, seus Direitos e Deveres. Instrumentos de Proteção Legal e Administrativos da Propriedade Industrial. Proteção Internacional.



## PROGRAMA

- **Propriedade industrial - noções gerais.** 1. Evolução histórica. Denominação. A Lei de Propriedade Industrial - níveis de atuação. 2. Invenção - conceito. 3. Direito do inventor - características para receber a proteção legal específica: novidade, utilidade e originalidade. 4. Natureza Jurídica.
- **As várias espécies de patente.** 5. Invenção Industrial. 5.1. Características: sujeito e objeto do direito. 5.2. Condições para concessão da patente. 5.3. Direitos decorrente da patente. 5.4. Duração e extinção do direito. 6. Modelo de Utilidade - conceito. 6.1. Característica: sujeito e objeto do direito. 6.2. Condições para concessão da patente. 6.3. Direitos decorrente da patente. 6.4. Duração e extinção do direito. 7. Desenho ou Modelo Industrial - conceito. 7.1. Antecedentes. Adoção pelo Decreto n. 24.507/34, no Brasil, a Lei n. 5.772/71, o TRIPS e a Lei 9.279, de 14.5.96. 7.2. Características: sujeito e objeto do direito. 7.3. Os desenhos registráveis. Requisitos de registrabilidade: novidade, originalidade. 7.4. Direitos decorrentes do registro. 7.5. Prorrogação e extinção do registro. 8. Conflitos entre patentes de invenção, de modelo de utilidade, de desenho industrial, direito do autor, marca e marca tridimensional. 9. Marca - conceito e conflitos com nome comercial. 9.1. Marca de Indústria e/ou Comércio e de Serviço. 9.2. Objeto. 9.3. Direitos resultantes do registro. 9.4. Extinção do registro. 9.5. Marcas de fato e marcas registradas - comparação. 9.6. Marca de certificação. 9.7. Marca coletiva. 10. Indicações Geográficas.
- **Requerimento de patente de invenção, modelo de utilidade e de registro de desenho industrial.** 11. Pedido de patente de invenção. Procedimento. 12. Pedido de patente de modelo de utilidade. Procedimento. 13. Pedido de registro de desenho industrial. Procedimento.
- **Proteção legal da propriedade industrial.** 14. As ações penais nos crimes contra a propriedade industrial. 14.1. Ações penais nos crimes contra as patentes de invenção e modelo de utilidade. 14.2. Ações penais nos crimes contra os desenhos industriais. 14.3. Defesa do réu. 15. Ações cíveis nos crimes contra a propriedade industrial. 15.1. Medidas Cautelares. Antecipação da tutela. 15.2. Ações ordinárias. 15.2.1. A defesa do réu.
- **Instrumentos de proteção administrativos.** 16. Impugnações à concessão de patentes. 17. Anulação da patente.
- **Proteção internacional.** 18. Garantia de prioridade. 19. Reivindicação de prioridade.

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of fluid, connected strokes.



**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CERQUEIRA, J. da G. **Tratado da propriedade industrial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 1982.

SOARES, J. C. T. **Tratado da propriedade industrial**. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira. 1998.

SILVEIRA, N. A **Propriedade intelectual e a nova lei de propriedade industrial**. São Paulo: Ed. Saraiva. 1996.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

LOUREIRO, L. G. de A.V. **Lei de Propriedade industrial comentada**. São Paulo: Lejus. 1999.

MENDONÇA, J. X. **Carvalho de. Tratado de direito comercial**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S/A.

SILVEIRA, N. **Curso de propriedade industrial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

LOBO, Thomás Thedim. **Introdução à nova lei de propriedade industrial**. São Paulo: Editora Atlas.

REVISTA DO INPI.

REVISTA DE DIREITO MERCANTIL, INDUSTRIAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO.

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA:

Leis n. 9.279/96 e n. 7.646/87.

Decreto Legislativo n. 59, de 19.11.51.

Decreto Legislativo n. 78, de 31.10.74.

Decreto 2.553, de 16.4.98.

Convenção da União de Paris, de 1883.

Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Industrial Relacionados ao Comércio (ADIPIC ou Acordo TRIPS - Trade Related Intellectual Property).

Constituição Federal do Brasil.

Códigos: Penal Brasileiro. Civil Brasileiro. Processo Civil Brasileiro

Atos Normativos do INPI, principalmente os de nos 127 a 130. FALTANDO INFORMAÇÃO

**APROVAÇÃO**

22 / 08 / 2014

Carimbo e assinatura do Coordenador do Curso

Universidade Federal de Uberlândia  
 Profa. Dra. Ana Paula Oliveira Mogueira  
 Coordenadora do Curso de Graduação em Biblioteconomia  
 Portaria FI Nº. 1520/2012

Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Dr. Helvécio Damis de Oliveira Cunha  
 Diretor da FACULDADE DE DIREITO

Carimbo e assinatura do Diretor da Unidade Acadêmica  
 (que oferece o componente curricular)